



Por onde recomeçar? As esquerdas e a nova conjuntura pós-eleitoral

Lúcio Flávio Rodrigues de Almeida*

Passada a festa cívica, a atual conjuntura nos oferece muitas perguntas e é só o começo.

Não temos respostas prontas, até porque diante de uma perspectiva de crise econômica e acirrada ofensiva político-ideológica das forças mais conservadoras, ainda não sabemos qual a disposição de luta das classes populares. No que se refere especificamente ao movimento operário, os resultados não foram animadores, mas vida política não se reduz a voto na urna. Estamos perplexos e sem grande capacidade de iniciativa política.

Coisas piores acontecem e nem sempre chegam para ficar. Basta nos referirmos ao que ocorreu um século atrás, quando importantes lideranças políticas ligadas ao movimento operário foram literalmente tragadas pelos acontecimentos que, passando por vagas de chauvinismo, desembocaram na primeira grande guerra. Mas logo veio uma onda revolucionária socialista que poucos puderam prever e na qual menos ainda ousaram se engajar. Ela se espalhou e o otimismo foi tão grande que a situação praticamente se inverteu: poucos perceberam o esmaecimento da onda revolucionária e a ascensão da extrema direita, o que era o prenúncio de uma ofensiva nazifascista que – mais uma vez o imprevisível – muitos julgavam inquebrável. Foi quebrada.

Novos ciclos exigem novas coordenadas e, no momento, estas nos fazem falta, até porque o extraordinário processo de expansão capitalista ocorrido no pós-Guerra Fria longe de ser meramente quantitativo, apresenta características inteiramente novas que não se reduzem ao plano econômico. Portanto, não existe aqui qualquer pretensão de esgotar o assunto. E, apesar da linguagem candente, o objetivo é formular questões que contribuam para o diálogo fraterno entre as forças que se voltam para a transformação social.

Este texto apresenta uma séria limitação: sua análise é puramente qualitativa. Isto não expressa qualquer menosprezo por pesquisas quantitativas. Pelo contrário, são indispensáveis e, ao meu modo, me inspiro em várias delas. E espero que algumas questões apresentadas aqui suscitem análise mais aprofundada, o que implicará levantamentos empíricos.

Nestas eleições, as referidas esquerdas enfrentam um déficit teórico imenso que trava qualquer perspectiva de um debate produtivo. Se este texto servir para assinalar

* Departamento de Política da PUC-SP. Autor de *Ideologia Nacional e Nacionalismo*. São Paulo: EDUC, 2014.

um ou outro aspecto desta fragilidade, sem qualquer pretensão de superá-las, já terá cumprido sua finalidade.

Eleições e capitalismo

As eleições expressam e ocultam de modo muito complexo as relações entre as classes sociais, frações de classes, camadas e categorias sociais.

Começemos por algumas das hilariantes propagandas do TSE que, faz algum tempo, martelavam que o eleitor é “o patrão”. Identificar soberania popular (mesmo que no plano da encenação ideológica) a patronato é grosseria teórica, a começar pela indistinção entre sociedade e empresa. Sem falar que se reforça o processo de naturalização de sociabilidades onde o “patrão” é figura maior. Resta saber, neste momento em que diversos representantes da ilustre categoria são acusados judicialmente de corruptores, a quais padrões os elaboradores destas campanhas educativas do TSE se referem. Serão os “bons padrões” os mais ligados ao capital fictício?

Não se trata, aqui, de qualquer leniência com a corrupção nem muito menos de deixar a denúncia desses atos monopolizada pelos segmentos mais direitistas da classe média. Até porque estes, ao fazerem a denúncia histórica e seletiva da corrupção, terminam por, na maioria das vezes inconscientemente, legitimar o fundamental: a apropriação privada, pela classe dos capitalistas, a mesma que detém o poder político, da riqueza gerada pelos trabalhadores. Para os marxistas, ao contrário, a denúncia da corrupção é estreitamente vinculada à crítica do capitalismo, até porque, onde tudo se mercantiliza, os cargos públicos, diretos ou indiretos, eletivos ou não, dificilmente deixariam de escapar a este processo no qual “tudo o que é sólido se desmancha no ar”. Este processo se escancara em tempos neoliberais, mas não deve encobrir determinações mais profundas.

No capitalismo, para que os proprietários dos meios de produção se apropriem do excedente criado pelos produtores diretos, é necessário que uns e outros sejam constituídos, nos planos jurídico-político e ideológico, como indivíduos livres e iguais (e competitivos), de modo que se consolide a ideologia do trabalho livre e, assim, a do mercado do trabalho, onde uns compram e outros vendem (força de) trabalho numa relação marcada pela tríade da Revolução Francesa (e um toque de individualismo exacerbado): liberdade, igualdade, fraternidade (Marx, 1985a:145).

Não por acaso, Marx observou que, mais do que produzir coisas (mercadorias), o capitalismo reproduz relações sociais, fundamentalmente, exploradores e explorados, numa espécie de escravidão ocultada pela mudança de um patrão para outro e, principalmente, pela *fictio juris* do contrato. (Marx,1985b: 158). Esta situação é indissociável de um processo mais amplo, no qual intervêm todas as esferas estruturais do modo de produção capitalista, não apenas a econômica – menos ainda só as relações mercantis: o de conversão das classes em uma comunidade cidadãos – a comunidade nacional – frente à qual o Estado não aparece como uma estrutura voltada para reprodução das condições políticas da dominação de classe. Ao contrário, apresenta-se como a expressão maior da soberania interna e externa deste povo nação, ou seja, da mencionada comunidade de cidadãos livres e iguais.

Isto não significa necessariamente que todos estes cidadãos possam votar. Ao contrário, desde a alvorada do capitalismo, este direito tem sido seriamente negado pelos liberais, a começar pelo principal fundador desta corrente doutrinária, John Locke¹.

Todavia, as lutas operárias e populares deixaram claro que, do ponto de vista estrutural, apesar das resistências burguesas, o capitalismo não era incompatível com o direito de todos (inclusive as mulheres) votarem. Daí a abertura de dois importantes problemas teóricos e políticos.

O primeiro referia-se ao próprio caráter de classe da democracia no capitalismo ou (o que já é entrar no debate) da democracia burguesa. Contrariamente ao que os kautskistas e, mais tarde, os eurocomunistas afirmavam, embora as lutas operárias e populares fossem importantes neste processo, as estruturas do modo de produção capitalista, especialmente a estrutura jurídico-política, imprimem sua marca a esta democracia, determinando-lhe um caráter adequado à dominação capitalista de classe. É neste sentido que, mais do que democracia **no** capitalismo, trata-se de uma democracia burguesa, ou seja, de uma forma de dominação que apresenta uma série de constrangimentos à efetiva organização autonomia dos dominados para conquistarem o poder político.

Os trabalhadores, constituídos como cidadãos políticos, são induzidos a votarem em nome do interesse nacional, ou seja, da comunidade de cidadãos, o que deixa para segundo (ou último) plano os antagonismos de classes. Dadas estas condições estruturais, mesmo sem *Rede Globo*, *Veja* e similares, as eleições operam, em geral, mais como um mecanismo de legitimação da dominação burguesa. A começar pela glorificação do Estado, este principal centro de organização da dominação política de classe, mas que aparece como uma instituição acima das ...classes. Ou seja, mesmo em uma sociedade capitalista na qual inexistisse – diferentemente do Brasil - o escandaloso oligopólio dos meios de comunicação a serviço direto da burguesia (e mais especificamente de suas frações diretamente ligadas ao rentismo), as eleições teriam uma forte carga ideológica burguesa. É claro que sem democratizar os meios de comunicação de massa a situação fica ainda pior.

Eleições em uma democracia burguesa constituem processos políticos importantes, mas enquadrados por uma série de determinações ideológicas que, em estreitas ligações com, por um lado, as relações de produção capitalistas e, por outro, a estrutura jurídico-política burguesa, produzem um terreno desfavorável à organização do proletariado como classe.

Eleições burguesas e resistências dos trabalhadores

Em alguns países, especialmente na Europa norte-ocidental, fortes movimentos operários e populares conseguiram construir organizações partidárias e sindicais que

¹ A respeito das contraditórias relações entre igualitarismo e liberalismo nas revoluções inglesas do século XVI, Macpherson (1979) e Hill (1977). Em relação às dificuldades posteriores das relações entre liberalismo e democracia, Losurdo (2006 e 2014).

foram decisivas para inflexões nas políticas do Estado burguês, de modo a criar durante algumas décadas, o chamado Estado de bem-estar social. Tratava-se, neste caso, de realizar conquistas dentro e não contra o capitalismo, o que levava o movimento operário a se identificar com os interesses da comunidade nacional. Isto incluía políticas de expansão capitalista e, em vários casos, leniência ou adesão explícita ao colonialismo. A respeito desta “união sagrada” entre trabalhadores e capitalismo, o chanceler (primeiro-ministro) alemão Helmut Schmidt pronunciou uma frase célebre: “Os lucros das empresas hoje são os investimentos de amanhã e os empregos de depois de amanhã”. Esta socialdemocracia de “segunda geração” (a primeira se apresentava, em geral, como anticapitalista) acabou sucumbindo diante do neoliberalismo, embora a maioria dos partidos sobreviventes, agora convertidos ao “mercado”, mantenha os mesmos nomes assumidos na segunda metade do século XIX. Observe-se que, neste processo de desmonte do Estado de bem-estar social, não foi necessário um golpe de estado, com a dissolução, na marra, dos partidos socialdemocratas. O fundamental consistiu em enfraquecer a capacidade de organização e de luta dos trabalhadores e desativar seus direitos, na maioria dos casos com a participação dos partidos socialdemocratas, socialistas ou mesmo autodenominados comunistas já transformados em dispositivos de dominação burguesa.

Em diversas formações sociais dependentes, fortes lutas operárias e populares avançaram também por meio das instituições democrático- burguesas. No Chile, por exemplo, chegaram a eleger o chefe de Estado e, na sequência, ampliar a representação no parlamento. Neste caso, se o sufrágio universal ameaçou a propriedade privada dos meios de produção, a burguesia, como ironizou Marx (2008: 268-9) ao escrever sobre os embates de classes França em meados do século XIX, colocou fora da lei o sufrágio universal. Um sanguinário golpe de Estado, que recebeu o apoio de baluartes da grande imprensa brasileira, encerrou a tentativa chilena de transição para o socialismo e abriu espaço para a ditadura liderada pelo general Pinochet.

Mesmo quando o avanço para o socialismo não se explicita, pode ocorrer uma contrarrevolução preventiva (Gorender, 1986:67) com a deposição de governos constitucionalmente eleitos e a montagem de ditaduras militares, como ocorreu em outros países da América Latina a partir dos anos 60, a começar pelo Brasil. Em todos os casos, a intervenção do imperialismo estadunidense está fartamente documentada. Mais uma vez, embora importantes, eleições não constituem o núcleo da atividade política. Por diferentes motivos, tanto para os dominantes como para os revolucionários.

Tudo se transforma, inclusive os partidos

No Brasil, já vai para o quarto mandato um governo liderado por um partido (o PT) que surgiu de poderosas greves de trabalhadores, as quais deram origem a uma forte central sindical (a CUT) e impulsionaram a formação de um poderoso movimento social rural (o MST).

Mas, a exemplo do que ocorreu em diversas partes do mundo, este partido sofreu profundas transformações, especialmente no que se refere à organização (tornou-se uma máquina eleitoral profundamente hierárquica e desprovida de espaços para efetiva

participação das bases); aos vínculos de classe (mantém estreitos laços com amplos segmentos dos trabalhadores organizados e não organizados, neutralizando suas capacidades de mobilização autônoma e cultiva relações privilegiadas com a burguesia interna); e ao recrutamento (cada vez mais os novos quadros ascendem por fora de qualquer engajamento nas lutas operárias e populares).

Quanto ao programa, apenas forças residuais do PT defendem o socialismo. E o principal dirigente do partido, assume cada vez mais posições abertamente pró-capitalistas.

Em longa a entrevista a Mino Carta, publicada entre os dois turnos das últimas eleições, Lula afirmou: “Fui dirigente sindical e sei que, quando o empresário perde, quem perde mais é o trabalhador, porque perde o seu emprego”. Perguntado se é a favor do capitalismo, Lula foi categórico: “É lógico (...). É só recordar Henry Ford, que dizia: eu tenho de pagar bem os meus funcionários para que eles possam comprar o carro que eles produzem. E aqui no Brasil o pobre ter carro incomoda. Eu trabalhei a vida inteira e como operário nunca pude ter um carro. Meu primeiro carro foi uma Brasília”.

Será um daqueles jurássicos inimigos do capital alienígena? Nem tanto, pois ele e Mino Carta se vangloriam do fato de os governos petistas atraírem muito mais investimentos estrangeiros do que o tucanato. Esta torrente de capitais externos “significa que as pessoas de fora estão acreditando muito mais no Brasil do que alguns brasileiros”. (p.27).

Mas isto não significa que Lula goste igualmente de todos os capitalistas. Afinal, tem gente que especula demais: “...sei das safadezas que eles fazem com a Bolsa. E quer saber de uma coisa, sem radicalismo? Eu nunca pedi voto para o mercado”.(id., ib.).

Mais chegado no “mercado” é o Aécio. “É por isso que o sistema financeiro está ouriçado para ele ganhar as eleições, é por isso que o FMI, que estava tão escondidinho, voltou a dar palpite, porque não se sabe para onde vai a taxa de juros com o seu Arminio Fraga”. É claro que não se trata de excluir “o mercado”, mas de não ficar amarrado nele. “O mercado vai ganhar na medida em que a indústria ganhe, que os trabalhadores ganhem e a agricultura ganhe. É assim que a gente faz um país feliz.” P. 29.

Diferentes propostas de como tornar o Brasil feliz: dominação de classe e disputas no interior do bloco no poder

Se a formação social brasileira fosse constituída exclusivamente pelo modo de produção capitalista; se as eleições traduzissem com total transparência os interesses fundamentais das classes em uma relação de antagonismo; se estas classes se reduzissem a apenas duas, burguesia e proletariado, não haveria muito o que discutir. Mas o discurso de Lula expressa uma realidade muito mais complexa. O principal líder do Partido dos Trabalhadores defende o capitalismo; não dedica o mesmo carinho às diferentes frações burguesas; vangloria-se do sucesso na relação com o capital imperialista; e sequer acena com a perspectiva, mesmo no longuíssimo prazo, do exercício de um papel mais “protagônico” pelo proletariado.

O discurso de Lula parece abrir espaço para uma questão muitas vezes ignorada pelos que pretendem transformar o mundo: as relações entre governo, partidos e hegemonia desta ou daquela fração de classe no interior do bloco no poder.

No que se refere mais especificamente às relações entre as frações das classes dominantes, há, no mínimo, um ponto a ser discutido: qual delas é hegemônica no interior do bloco no poder: a grande burguesia interna? O grande capital imperialista? As frações rentistas, tanto as mais inseridas na atividade interna quanto as enraizadas em formações sociais imperialistas?

Tenho defendido a hipótese de que, nos governos petistas, a significativa melhora da posição da burguesia interna no interior do bloco no poder não se traduziu em quebra da hegemonia das frações rentistas. O discurso lulista, ao sinalizar maior simpatia pela burguesia interna, expressa uma defasagem entre governo e relações entre frações burguesas. As frações rentistas conseguem expressar seus interesses por meio de múltiplos meios, inclusive a pressão de Estados imperialistas, organizações internacionais a eles subordinadas e a permanente ameaça de “fuga de capitais”; embora seu partido preferencial seja o PSDB, elas têm boa acolhida no conjunto dos principais partidos, os quais, independentemente do discurso que esgrimem, são sempre solícitos para com o rentismo. Essas frações, desde, no mínimo, o início de 2013, partiram para uma forte ofensiva contra a grande burguesia interna, ofensiva que prossegue, leva o governo Dilma Rousseff a significativas capitulações e produz estragos não somente no interior do governo como do próprio Partido dos Trabalhadores. Qualquer discussão sobre o esgotamento do ciclo neonacional-desenvolvimentista bem como da existência e limites de uma onda conservadora no Brasil passa pela análise destas questões.

De “levianas” e “desinformados”: o fervor dos debates oculta as grandes questões em jogo

Nem sempre é assim, mas, neste segundo turno das eleições presidenciais brasileiras, ambas as candidaturas eram burguesas, não estando em jogo diretamente a contradição burguesia X proletariado. E a vitória da candidata de centro-esquerda não assegura, de forma alguma, o enfraquecimento das frações de classe mais ligadas ao rentismo, podendo ocorrer exatamente o oposto. Aprofundou-se um extraordinário recuo das classes populares na cena política, o que, apesar dos pesares, não foi incompatível com o interesse objetivo na derrota da direita. Dadas as ofensivas desta nos planos nacional e internacional, por pouco a candidatura petista não foi derrotada. A salvação veio, ironicamente, das forças mais à esquerda, inclusive de parte daquelas que oficialmente defenderam o voto nulo. E se constituiu um dos Congressos mais conservadores dos últimos cinquenta anos, com aumento do número de partidos nanicos de direita e de eleitos bancados pelos grandes capitalistas; alguns reacionários obtiveram votações consagradoras; e a coligação formalmente governista, embora ainda conte com maioria folgada, encolheu e possui disposição para maior rebeldia (pela direita) diante das iniciativas do Executivo.

Houve uma clara campanha de direita, representada pelo candidato da coligação liderada pelo PSDB, cujo discurso vocalizava elementos tradicionais desse campo: a

temática da corrupção, com ênfase no escândalo do chamado mensalão e, mais ainda, do “petróleo”; da crise econômica provocada pela “má gestão”, com o descontrole do gasto público e da volta da espiral inflacionária; e da denúncia das relações com regimes demonizados como antidemocráticos, caso do venezuelano, os quais teriam recebido, inclusive, tratamento econômico privilegiado, como o destinado à construção do porto de Mariel, em Cuba. Sabedora da grande popularidade das políticas sociais dos petistas, a direita evitou atacá-las diretamente (o discurso era de aperfeiçoá-las). Como de praxe, os grandes meios de comunicação, da novela ao noticiário, constituíram a linha avançada da campanha eleitoral da direita, adotando um discurso antipopular e segregacionista que o candidato, mesmo no ápice de sua incontinência verbal, não poderia explicitar. Além de incorporarem a campanha a quase todos os temas, cadernos e programas, alguns órgãos da grande imprensa reforçaram seu exército de colunistas políticos de direita.

Do outro lado, a candidatura situada à esquerda (não confundir com socialista ou antiimperialista), conferiu ênfase à relação entre combate à crise sem prejudicar o emprego e as políticas sociais, sempre tomando o maior cuidado para, nas campanhas de massa, não atacar as frações rentistas da burguesia nem acenar para a mobilização extraeleitoral das classes populares. E foi regamente contemplada pelas “contribuições” de campanha realizadas por expoentes da burguesia interna brasileira. Neste contexto marcado pela ausência de qualquer crítica ao capitalismo, ao imperialismo ou mesmo à hegemonia das frações rentistas, os debates presidenciais foram praticamente pautados pela direita, ficando a candidatura de centro-esquerda em um papel fundamentalmente defensivo.

A última campanha eleitoral, seja pelo modo como se conduziu praticamente, seja pelo conteúdo discursivo, foi marcada por um forte conservadorismo. Diante do desgaste da candidatura mais à esquerda, a intervenção mais ativa do ex-presidente Lula, secundada pelo apoio de setores das esquerdas que se pretendem antissistêmicas (mesmo parte das que oficialmente se pronunciaram pelo voto nulo) foi importante para a pequena diferença que assegurou a vitória de Dilma Rousseff.

Um exame da questão da onda conservadora deverá levar estes aspectos em consideração.

Rastros da crise

A temática do conservadorismo não é nova no Brasil e múltiplas são suas abordagens. Não faltam as referências à contrarreforma, ao anti-iluminismo, à pesada herança do escravismo e mesmo, em tonalidades mais à esquerda, ao processo de transição para o capitalismo fortemente marcado pelo que muitos chamam de modernização conservadora, via prussiana ou revolução passiva. Nestes termos, sempre é possível encontrar forças sociais que, opostas à política nacional-desenvolvimentista implementada pelo Estado brasileiro a partir dos anos trinta do século passado, situavam-se à direita e eram mais conservadoras. Foi o caso, especialmente, da grande burguesia mercantil-bancária e de segmentos tradicionais da classe média. Todavia, isto

não elimina o forte componente autoritário e antipopular das forças mais voltadas para o desenvolvimento capitalista industrial e dependente no Brasil.

Comparado ao neoliberalismo, o nacional-desenvolvimentismo pode deixar saudades. Mas reprimiu os sindicatos livres e enquadrou movimento operário em uma estrutura sindical incrustada no aparelho de Estado; aliou-se estreitamente à burguesia agrária, o que implicou a permanente repressão institucionalizada dos trabalhadores rurais, indo ao ponto de proibi-los de votar (eram quase todos analfabetos) e de se organizarem em sindicatos; tolerou apenas por dois anos a legalidade do Partido Comunista; e não resistiu a três anos de participação política relativamente autônoma dos trabalhadores do campo e da cidade. Aqui, a fragilidade da revolução burguesa deixou marcas duradouras que se articulam, de modo extremamente complexo, com os impactos do neoliberalismo. Este é um país de rotineiras chacinas de jovens negros pobres e de índios. E, de geração a geração, permanece, redefinida e com particularidades regionais, a criadagem a serviço de amplos contingentes da classe média (acadêmicos de esquerda inclusos).

Aqui se considera que sim, ocorre uma onda conservadora no Brasil (e não só), cuja presença impregna o próprio Partido dos Trabalhadores e os governos petistas. Não por acaso, toda uma geração viveu a adolescência sob a égide da política puramente institucional, com um grau de desmoralização inédito desde meados dos anos 40, quando se inaugurou uma limitadíssima democracia burguesa de massas neste país. Foi este partido que capitaneou, com sucesso, a reforma da Previdência Social (e outras se anunciam); estudante ambientalista foi assassinada no sul do Pará sem que houvesse uma única mobilização estudantil de grande porte; índios voltam a ser chacinados em escala que lembra uma espécie de solução final; ex-presidente da CUT e ex-ministro do Trabalho esforça-se para que empresa israelense instale fábrica armamentos em São Bernardo do Campo, local de greves históricas que deram origem à Central e ao Partido. Este e aquela deslizaram à direita e a aderiram ao *status quo*.

No interior destas coordenadas, os governos do PT adotaram diversas políticas progressistas, cuja margem de realização tende a se contrair exatamente em função dos compromissos que assumiu. Sem qualquer norte estratégico que transcenda a manutenção da ordem, em um contexto de crise do capitalismo, ofensiva das forças ligadas ao rentismo e ausência congênita de combatividade da burguesia interna, pagarão cada vez mais caro por políticas neonacional-desenvolvimentistas cada vez mais acanhadas. O que abre caminho para o avanço das forças mais conservadoras no interior dos próprios governo e partido.

Pouco se observou que, durante o último debate presidencial, a candidata Dilma Rousseff, ao discorrer sobre o tráfico de drogas, referiu-se *duas* vezes, de modo positivo, à ação policial no Complexo da Maré, estabelecendo uma relação direta entre “drogas”, “crime” e a chamada periferia. A mensagem era tranquilizadora: “Nós fazemos algo chamado Garantia da Lei e da Ordem. Agora mesmo o governo federal está aqui no Rio, na Favela, ali na Favela da Maré, ajudando o governo do Estado (...) pra enfrentar o crime e as drogas.” (<http://g1.globo.com/politica/eleicoes/2014/debate-presidencial-2-turno.html>, por volta de 1:22:44H e também 1:25:38H da gravação). Se,

no calor do último debate com o candidato da direita, isto foi dito e redito, que tipo de frente política cabe às classe populares fazer com este governo?

Ironia da História: tanto no plano partidário como no trabalhista, o petismo deu a largada bem à frente do varguismo, mas corre o risco de ficar devedor deste, cuja herança não eliminou – como pretendia Fernando Cardoso – mas não cessa de deprimir.

A onda conservadora é ainda maior na oposição, onde se misturam liberal-democratas elitistas, liberais nada democratas e adeptos de regimes ditatoriais passados e futuros. Tampouco neste lado proliferam nostálgicos do pré-capitalismo. Prevalece a cultura do dinheiro em sua forma mais neoliberalizada, o que não exclui, em absoluto, a atualização de postura ambivalente em relação ao Estado. Longe de ascético, este conservadorismo é abertamente consumista; obcecado pela ascensão social; avesso à participação autônoma das massas populares na política; segregacionista; adere cingidamente a uma política de defesa da ordem, o que faz da bandeira anticorrupção algo extremamente seletivo, (a este respeito, o principal exemplo é o apoio ao governo Alckmin em São Paulo); diferentemente do conservadorismo que se entranha no PT, abriga setores fascistas. É o que mais se aproxima de uma versão caricatural, até porque dependente, do neoconservadorismo estadunidense.

Esta vertente da atual onda conservadora é profundamente e irracionalmente antilulista. Desde 2006, a cada eleição que perde, seu discurso se volta para a defesa de golpes de Estado, desdobrando-se em dois grande núcleos temáticos: a luta contra a subversão e contra a corrupção, ambas vistas como estreitamente ligadas. Atualizando o cacoete dos liberais no período 1945-64, apresenta o chefe de Estado (ou aquele que, efetivamente, manobraría “os cordões”) como o principal responsável pela divisão do país.

Após o segundo turno de 2014, este discurso foi vocalizado, de modo especial, por uma parcela da classe média que, ciosa de sua superioridade social vivida ideologicamente como decorrente da ascendência intelectual, só enxerga uma explicação para o fato de “os pobres” não se comportarem politicamente segundo a perspectiva que ela adota e se julga no direito de impor: a corrupção. Como recordar é viver, o lema da “revolução de 64” era “Contra a subversão e a corrupção”; e, já que não se vive apenas do passado, a internet está cheia de filmagens de manifestantes que denunciam a cubanização do Brasil e fazem afirmações do tipo “dê um salame para ele que ele muda de posição”. Aqui se manifesta uma dupla (des)qualificação: ostenta-se a superioridade socioeconômica ao mesmo tempo em que se procura legitimá-la em termos da pretensa posse de maior competência intelectual, requisito básico para a “ética na política”. Trocando em miúdos, “não sou pobre porque sou intelectualmente melhor, o que me permite escolher criteriosamente em quem votar, de acordo com os interesses maiores do país (e não abro mão de férias em Miami)”.

A chamada onda conservadora se manifestou nas eleições para o parlamento federal. Aí, boa parte da coalizão de apoio ao governo, embora guarde a maioria formal confortável, é bem mais conservadora do que a do PT, que perdeu cadeiras e ficou mais conservador em – a se basear nas “contribuições” empresariais de campanha - um dos melhores congressos que o dinheiro pode comprar.

Nem todos os segmentos da classe média aderiram ao conservadorismo. Muitos simplesmente se desencantaram da política institucional. Pesquisas empíricas e inserção prática serão importantes para se aferir mais precisamente este processo e o quanto ele atingiu setores do proletariado e do semiproletariado nas diferentes regiões do país.

Esta onda conservadora se dirige para um golpe de Estado?

Desde as manifestações de junho de 2013, também a direita aprendeu a ir pra rua. Portanto, massa disponível para fazer agitação de golpe existe, assim como políticos profissionais e conglomerados de comunicação. Todavia, para as frações rentistas, não é disso que se trata, pois seus interesses adquirem extraordinário sucesso por todas as vias institucionais, inclusive com sucessivas capitulações do governo petista. A prova dos nove chegará com as pressões para descarregar a crise sobre os ombros das classes populares. Com isso, entramos na última e mais complicada parte deste artigo, limitando-nos a uma retomada de alguns pontos abordados acima.

Nem reboque nem abstencionismo: por uma unidade das esquerdas na luta democrática e anti-imperialista

Nestas últimas eleições, os revolucionários socialistas só não foram totalmente irrelevantes porque, em aparente paradoxo, contribuíram para evitar a vitória da candidatura tucana, o que seria catastrófico no plano nacional e, principalmente, no internacional, a começar pelo latino-americano. Eis uma razão para supormos que estas esquerdas organizadas em partidos ou movimentos dos mais variados tipos, possuem grande potencial de intervenção política. Muitos permanecem no PT e merecem profundo respeito pelo empenho, sem qualquer carreirismo, na reta final da campanha, em derrotar o tucanato. As esquerdas socialistas ganharam pausa para respirar, ao mesmo tempo em que não se comprometeram com a política do governo.

Independentemente do catastrofismo de algumas análises, já temos sérios indícios de que o tempo tende a se acelerar, não em razão direta da persistência da crise capitalista no plano puramente econômico, mas devido a bruscos deslocamentos que ocorrem no interior do bloco no poder, o que se refletirá, no curto prazo, em políticas de maior rebaixamento (ou mesmo desmonte) do neonacional-desenvolvimentismo. Novos mecanismos de repressão se ativam. O potencial de resistência é grande, mas a disputa político-ideológica, inclusive com a direita nas ruas, tende a se acirrar. O diálogo tático e estratégico entre as esquerdas se impõe.

Com vistas ao avanço das lutas populares e à melhor inserção no interior destas, parece urgente o reexame de algumas posições que, no limite, levam à falsa alternativa entre ficar a reboque da política do petismo ou se prender a análises demasiado abstratas que conduzem, na prática, ao distanciamento da luta política.

No primeiro caso, é importante explicitar o que se entende por frente neodesenvolvimentista durante o ciclo do PT no governo e, mais ainda, na atual conjuntura. Trabalha-se com uma noção muito difícil de se reportar, nos planos conceitual e histórico, às frentes das quais os marxistas revolucionários participaram em diversos momentos e lugares ao longo do século XX.

Não se trata de apego à tradição. O problema é que a imprecisão pode conduzir ao reboquismo em relação a uma burguesia interna carente de qualquer inclinação para se jogar em uma luta democrática, antiimperialista ou mesmo voltada para reformas sociopolíticas de caráter mais substantivo. Se não aprofundarmos este exame, aumentamos o risco de cairmos numa farsa do que foi a chamada frente única antiimperialista do final dos anos 50 e início dos 60 do século passado. Naquele momento montou-se a frente com base em um forte governismo que deu no que deu: uma derrota desmoralizante em 1964. Agora o risco é que uma frente imaginária legitime o governismo puro e simples. Neste contexto, até uma luta mais do que justa, como a voltada para uma profunda reforma política, pode ser instrumentalizada com vistas a negociatas que, no máximo, reciclem o governo petista, mesmo que à custa de maiores sacrifícios populares.

Por outro lado, analisar a formação social brasileira em termos exclusivamente da contradição burguesia x proletariado, definindo a etapa atual como sendo puramente anticapitalista, não nos leva a lugar algum, exceto o abstencionismo objetivo em relação a qualquer conjuntura. O Brasil não está fora de uma ofensiva que, no plano internacional, desfigura a democracia burguesa, impondo-lhe dispositivos de segurança profundamente antipopulares.

Existe um saudável esforço das esquerdas para analisarem os dados eleitorais, inclusive o significado dos votos nulos, em branco e das abstenções. Quanto a este último item, cabe acrescentar, além do problema do cadastramento eleitoral, um de caráter trabalhista cuja importância qualitativa é inegável: trabalhadores e trabalhadoras não foram votar simplesmente porque, embora naquele dia fossem promovidos a “patrões”, estavam nos postos de trabalho. Depois que o general chamou o ministro de mentiroso e a Comissão da Verdade parou na porta dos quartéis, a quantas anda a transição política neste país? Ao que tudo indica, também no Brasil existe um acúmulo de “tarefas” democráticas que, longe de serem ignoradas, merecem sério exame com vistas a se articularem à luta pelo socialismo.

Algumas políticas sociais implementadas pelos governos petistas contribuíram para destampar a panela de diversas formas de segregacionismo de raça(?)/sexo/classe e múltiplas formas de resistência se desencadeiam, algumas com extraordinária combatividade e riqueza cultural; outras de caráter mais acomodatório. Com ou sem UPPs e PLOs, quantos Amarildos e Ricardos são executados a cada ano? Contraditoriamente, boa parte das esquerdas que se pretendem revolucionárias participa destas lutas democráticas (aliás, é aí que tem conseguido maior inserção), mas, no plano programático efetivo, se prende a uma dicotomia que exclui as determinações identitárias do processo de formação do proletariado (exclusivando, neste caso, a inserção nas relações de produção). Neste sentido, o lulismo é, ao seu modo, mais atento à complexidade dessas questões e as próprias clivagens no PT e no governo abrem margem de manobra para “restauracionismo” em 2018.

Já uma abordagem marxista mais adequada daquelas determinações pode contribuir, por exemplo, para um internacionalismo que passe pelas relações entre as

lutas antirracistas proletárias no Brasil e nos países imperialistas, a começar pelos Estados Unidos.

Campanhas eleitorais caríssimas, debates transformados em megaeventos mediáticos, construções e desconstruções de candidatos, volta do tom de vermelho, grande cerimônia cívica, os “vencedores” aparecem de branco. Na ressaca, aquela impressão de que não é exatamente por aí que se tomam as grandes decisões. E elas virão e serão duras para as classes populares.

Eis um momento importante para a intervenção das esquerdas no sentido de contribuir para que também os dominados e explorados façam política fora da temporada eleitoral.

Bibliografia

GORENDER, Jacob (1987). *Combate nas trevas- a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo: Ática.

LOSURDO, Domenico (2006). *Contra-História do liberalismo*. Aparecida: Ideias & Letras.

_____ (2014). *Democracia ou bonapartismo: triunfo e decadência do sufrágio universal*. São Paulo: Editora da UNESP.

LULA DA SILVA, Luís I. (2014). Não é Dilma contra Aécio: são projetos diferentes de sociedade. (Entrevista a Mino Carta). *Carta Capital*, 11/10/2014. <http://www.cartacapital.com.br/revista/821/lula-nao-e-dilma-contr-aecio-sao-projetos-diferentes-2378.html>.

MACPHERSON, Crawford B. (1979) *A teoria política do individualismo possessivo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

MARX, Karl (1985a). *O Capital*, vol. 1, livro 1. São Paulo: Nova Cultural.

_____ (1985b) *O Capital*, vol. 2, livro 1. São Paulo: Nova Cultural.

_____ (2008). *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Expressão Popular.